

ALDEIA

(Acção, Liberdade, Desenvolvimento, Educação, Investigação, Ambiente)

Estatutos

SECÇÃO I

Denominação, Princípios, Âmbito, Objecto social, Duração e Sede

Art.º 1.º

- a) A associação adopta a denominação Associação Acção, Liberdade, Desenvolvimento, Educação, Investigação, Ambiente – ALDEIA, é uma pessoa colectiva sem fins lucrativos, de duração ilimitada, com personalidade jurídica, e rege-se em conformidade com as disposições dos presentes estatutos e pelo regulamento interno.
- b) A associação tem a sua sede no Largo da Igreja, freguesia de Paradela, concelho de Miranda do Douro podendo ser transferida para outro local por deliberação da Direcção, que pode igualmente criar delegações ou quaisquer outras formas de representação onde e quando julgar conveniente, em Portugal e no estrangeiro.
- c) O espaço de intervenção da ALDEIA será inicialmente na Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, podendo a sua actividade, por deliberação da Assembleia – Geral estender-se a outros territórios nacionais e internacionais.

Art.º 2.º

Princípios orientadores

A Associação exerce a sua actividade com total independência e autonomia. É uma associação apartidária, liberta de qualquer tutela económica, religiosa, racial ou de outro tipo. É uma Associação de carácter educativo, técnico e científico, de defesa do ambiente, do património e cidadania, fomentando modelos de desenvolvimento sustentável.

Art.º 3.º

1. São objectivos da Associação:

- a) Estimular a participação e consciencialização da população através de actividades educativas e apoio e formação técnicas em áreas e actividades que se enquadrem na perspectiva ecológica de desenvolvimento sustentável das regiões.
- b) Investigar, salvaguardar e dar a conhecer o património biofísico, defendendo e promovendo a conservação de valores naturais e valorizando os direitos humanos e patrimónios sociais e culturais de cada região.

c) Desenvolver as principais acções em regiões rurais, de menores índices de desenvolvimento e consideradas pela Associação como áreas prioritárias devido ao seu património natural e cultural.

d) Promover actividades tradicionais adequadas às características físicas, ambientais e culturais de cada região, como aplicações práticas dos objectivos da Associação, nomeadamente nas áreas de Conservação da Natureza, Agricultura e Produção Animal numa perspectiva ecológica, Conhecimento e Recuperação do Património Cultural e Educação;

e) Cooperar com as entidades oficiais regionais, empresários e população em geral de modo a inserir políticas ambientais adequadas ao desenvolvimento da região numa perspectiva de Conservação da Natureza.

f) Apoio e integração dos sectores sociais menos favorecidos de cada região.

g) Contribuir para a mobilização de recursos técnicos e humanos para a área da Educação Ambiental.

h) Acompanhar a situação nacional e internacional numa perspectiva da defesa do meio ambiente desenvolvendo actividades em conjunto com outras organizações e entidades nacionais e de outros Países;

i) Estabelecer contactos preferenciais com associações congéneres, universidades, empresas e outros organismos, públicos ou privados, nacionais e internacionais.

j) Prestar aos seus associados o apoio necessário para a defesa dos seus interesses e contribuir para o desenvolvimento das suas actividades, quando estas se enquadrem no objecto da ALDEIA.

O objecto social principal da ALDEIA é a defesa do ambiente numa perspectiva educativa e de interacção com as populações e as suas necessidades; fomento do interesse e acção em defesa da cidadania, reconhecimento e valorização do património natural e construído, através da investigação e desenvolvimento de actividades e serviços; propostas de aplicação de modelos de gestão ética e consciente de recursos humanos e naturais, em Portugal e no estrangeiro.

2. Com vista à prossecução do seu objecto estatutário (social), a associação deverá desenvolver as seguintes actividades:

a) Promover e apoiar estudos científicos, cursos, estágios, congressos, conferências, encontros, reuniões de trabalho, exposições, prémios, bolsas de estudo e publicações periódicas;

b) Actuar nos sistemas de educação formal e não formal propondo e elaborando material, metodologias e levando a cabo programas de formação de formadores e formandos.

c) Propor, efectuar ou colaborar na realização de acções de diagnóstico, inquéritos, projectos de investimento, estudos técnicos e económicos em diferentes áreas, para actuar de forma sustentada, com bases sólidas de conhecimentos técnico-científicos.

d) Promover a aproximação das populações a políticas ambientais conscientes, através de representatividade e interacção constantes, fomentando a utilização racional dos recursos naturais da região;

e) Desenvolver e intensificar relações com entidades nacionais e estrangeiras, para troca de conhecimentos, experiências sobre questões ambientais;

f) Criar centros de documentação interligados regionalmente e associados a redes nacionais e internacionais de informação, para disponibilização às populações e associados.

g) Informar e sensibilizar a comunidade científica e a opinião pública, nomeadamente através de publicações próprias, e nos meios de comunicação social;

h) Colaborar com Instituições Públicas, nomeadamente Autarquias e Ministérios, promovendo e colaborando em iniciativas que conduzam a reformas de legislação no âmbito do desenvolvimento e gestão consciente dos recursos naturais;

i) Desenvolver uma acção contínua destinada a incrementar o associativismo a nível regional, intensificando formas de colaboração entre os associados da ALDEIA e outras associações.

j) Criar serviços profissionais para responder às diferentes necessidades da população e que se enquadrem no objecto social da Associação.

Art.º 4.º

Para atingir estes objectivos de contribuição para uma gestão equilibrada dos recursos naturais, da viabilização de actividades económicas compatíveis com o equilíbrio dos ecossistemas numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, a ALDEIA poderá:

a) Manter o diálogo e cooperação com todas as entidades, organismos, instituições e indivíduos envolvidos na definição e execução de políticas correctas de conservação do ambiente e do património nas condições a acordar.

b) Articular a sua actividade com instituições afins, desenvolver relações e filiar-se em organizações de âmbito Municipal, Regional, Nacional ou Internacional, públicas ou privadas, cuja finalidade contribua para a efectiva prossecução dos objectivos da Associação.

c) Todas as decisões referentes à filiação ou desvinculação das referidas organizações competem à Direcção, que deverá submetê-las a ratificação na Assembleia – Geral posterior.

d) A participação ou filiação em organizações nacionais ou internacionais não pode pôr em causa a autonomia orgânica e financeira da ALDEIA.

SECÇÃO II

Dos sócios

Art.º 5.º

a) Podem ser sócios todos os indivíduos ou instituições que aceitem, e cuja actuação não contrarie, os princípios e objectivos da Associação, independentemente das suas origens étnicas, credo religioso ou convicções políticas. Os menores terão as restrições inerentes à Lei.

b) Existem as seguintes categorias de sócios: Fundadores, efectivos, juniores e honorários.

Sócios Fundadores:

1. São associados fundadores os associados outorgantes no presente contrato de constituição da associação, e todas as pessoas que se tenham inscrito até a data de realização da sua primeira Assembleia – Geral de Fundação e subscrevam a respectiva acta.

2. Os sócios fundadores possuem os seguintes direitos:

a) Serem ouvidos pela direcção sobre assuntos de grande relevância para a vida da ALDEIA

b) Só podem ser excluídos compulsivamente da ALDEIA por decisão da Assembleia – Geral, devendo para o efeito a mesa desta solicitar aos restantes sócios fundadores que se pronunciem sobre o assunto.

c) Os sócios fundadores gozam de todos os direitos atribuídos nestes estatutos aos sócios efectivos.

d) A perda da condição de sócio, ainda que temporária, implica a perda do estatuto de sócio fundador.

Sócios efectivos:

a) São sócios efectivos as pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, que possam contribuir para a prossecução do objecto da ALDEIA e cumpram os deveres definidos pelos Estatutos e Regulamentos Internos, sendo reconhecidos e admitidos pela Direcção da ALDEIA.

Sócios juniores:

a) São sócios juniores as pessoas que preencham os requisitos dos sócios efectivos mas que ainda não tenham atingido a maioridade legal, desde que autorizadas por quem exerça o respectivo poder paternal.

b) Os sócios juniores não podem ser ouvidos pela direcção sobre assuntos de grande relevância para a vida da ALDEIA.

c) Só podem ser excluídos compulsivamente da ALDEIA por decisão da Assembleia – Geral, devendo para o efeito a mesa desta solicitar aos restantes sócios fundadores que se pronunciem sobre o assunto.

Sócios honorários:

a) São sócios honorários, as pessoas singulares ou colectivas nacionais ou internacionais, privadas ou públicas, que pelos seus conhecimentos, actividades, ou pelos serviços ou donativos prestados à ALDEIA dêem contribuição especialmente relevante para a realização dos objectivos que a ALDEIA visa prosseguir.

b) Os sócios honorários devem ser admitidos como tal em Assembleia-Geral, por proposta da direcção ou de um grupo de pelo menos 10 sócios.

c) Os sócios honorários estão isentos do pagamento da jóia e de quotas, gozam do direito de participação em todas as actividades da ALDEIA, mas não dispõem dos seguintes direitos referentes à Assembleia – Geral: votar, ser eleito ou convocar a Assembleia – Geral.

Inscrição na ALDEIA:

a) As propostas de admissão de sócio, assinadas pelo próprio ou seu representante, só podem ser aprovadas pela Direcção.

Art.º 6.º
Direitos dos sócios

Constituem direitos dos membros fundadores e efectivos:

- a) Tomar parte na Assembleia – Geral e participar nos demais actos e actividades de funcionamento da Associação, apresentando propostas, discutindo e votando as questões constantes da ordem de trabalhos.
- b) Requerer a convocação da Assembleia – Geral mediante documento, devidamente fundamentado, assinado no mínimo por vinte por cento dos associados.
- c) Requerer e convocar Assembleias-Gerais extraordinárias nos termos destes estatutos e da Lei.
- d) Propor admissão de novos associados
- e) Ser eleito para os órgãos sociais desde que seja sócio há mais de 6 meses;
- f) Frequentar as instalações e utilizar os serviços criados pela Associação; usufruir das regalias que a ALDEIA concede aos seus membros.
- g) Recorrer das sanções que lhe forem aplicadas e das decisões que considere contrárias aos Estatutos;
- h) Apresentar sugestões, solicitar informações e esclarecimentos sobre o funcionamento da Associação;
- i) Examinar as contas, documentos e outros elementos relacionados com as actividades da Associação;
- j) Demitir-se

Constituem direitos dos membros honorários:

- a) Frequentar as instalações e utilizar os serviços criados pela Associação; usufruir das regalias que a ALDEIA concede aos seus membros.
- b) Apresentar à Comissão Executiva propostas ou reclamações, sobre assuntos relacionados com os fins da associação.

Art.º 7.º

São deveres dos sócios em geral:

- a) Cumprir os Estatutos, o Regulamento Interno da ALDEIA e as decisões dos órgãos competentes.
- b) Participar na vida e gestão administrativa, aceitando e exercendo os cargos para que for eleito ou designado, salvo motivo justificado de não-aceitação.
- c) Tomar parte nas Assembleias-gerais.
- d) Efectuar pontualmente os pagamentos a que esteja obrigado, nomeadamente as quotas e a jóia.
- e) Contribuir para o bom-nome, prestígio e eficácia da Associação.
- f) Apoiar o desenvolvimento das actividades, de forma a cumprirem-se os objectivos da Associação.
- g) Colaborar nas actividades, iniciativas ou realizações de que assumirem responsabilidade.

Deveres dos sócios fundadores e efectivos, especificamente:

- a) Eleger e ser eleitos para cargos directivos, desempenhando com dedicação as respectivas funções.
- b) Velar pelo cumprimento das normas estatutárias e deliberação dos órgãos sociais da associação.
- c) Fazer-se representar com votos nas Assembleias – Gerais e por outros associados, mediante procuração apresentada ao presidente da mesa até à hora marcada para a reunião.
- d) Dar preferência sempre que possível à associação na prestação dos serviços que se integrem no âmbito da sua actividade;

Art.º 8.º

Da admissão e exclusão dos sócios:

Admissão dos sócios

- a) As propostas de admissão de novos membros são aprovadas pela Direcção.

b) A admissão poderá ser efectiva trinta dias depois da apresentação da proposta na Sede, mediante o pagamento da respectiva jóia.

c) Todo o sócio admitido após aprovação pela Direcção.

Exclusão dos sócios

a) Perde automaticamente todos os direitos o sócio que estiver mais de um ano com a quota em débito.

b) Perde a qualidade de sócio:

1- Automaticamente aquele que, ao fim de dois anos com a quota em débito, não regularize a situação até quinze dias após receber um aviso nesse sentido;

2- Através da correspondente sanção disciplinar, aquele que, através da sua actuação, não cumpra o disposto nos Estatutos e contrarie os princípios e objectivos da Associação.

3- O próprio sócio pode dirigir um pedido à Direcção, mediante comunicação por escrito, para lhe ser retirada a condição de sócio, e terá efeitos imediatos a partir da data em que for recebida. Tratando-se de um sócio fundador, este tem o direito de requerer, na carta de demissão, que qualquer documento oficial da ALDEIA que circule citando o seu nome seja obrigatoriamente acompanhado da informação, por escrito, da sua desvinculação.

c) Apenas a Assembleia – Geral poderá decidir da exclusão de membros, em caso de manifesto não cumprimento dos deveres definidos nos Estatutos.

d) A perda de qualidade de associado determina a perda das quotas pagas.

e) No caso do número 2 da alínea b), a Direcção elaborará o respectivo processo, que respeitará o princípio do contraditório, cabendo da decisão final recurso para a Assembleia – Geral, a interpor no prazo de 30 dias a contar da notificação.

f) Poderão ser excluídos os associados que tenham direito a voto, e faltem consecutivamente a duas Assembleias-gerais convocadas para alteração de Estatutos.

CAPÍTULO III

Da disciplina

Art.º 9.º

Sanções, Procedimentos Disciplinares

- a) O não cumprimento dos deveres de sócio constitui infracção disciplinar a que poderão ser aplicadas as seguintes sanções: advertência, suspensão dos direitos de sócio e expulsão.
- b) Os membros podem ser suspensos temporariamente dos seus direitos de associado, ou excluídos, por falta de pagamento de quotas, por manifesto desinteresse pela actividade da associação ou pela tomada de posições contrárias aos objectivos desta.
- c) A pena de expulsão é da competência exclusiva da Assembleia – Geral.
- d) Nenhuma das penas pode ser aplicada sem terem sido comunicados ao sócio os factos e infracções imputados, por carta registada com aviso de recepção. O sócio tem o direito de, no prazo de trinta dias, apresentar a sua defesa com indicação das provas.
- e) Das decisões da Direcção sobre admissão, não admissão ou exclusão de associados cabe recurso, no prazo de dez dias, para a Assembleia-geral, em sessão prevista expressamente para o efeito.
- f) A deliberação da Assembleia-geral que der provimento ao recurso previsto no parágrafo anterior terá que ser aprovada por maioria qualificada de três quartos dos associados com direito a voto presentes.

CAPÍTULO IV

Dos órgãos

Art.º 10º

Dos órgãos sociais

- a) São órgãos sociais da associação:
 - Assembleia-geral
 - Direcção
 - Concelho Fiscal
 - Conselho Técnico – Científico

SECÇÃO I

Disposições gerais

Art.º 11.º

- a) Todos os órgãos são eleitos em listas separadas, por voto secreto e para mandatos de 3 anos, sendo permitida a reeleição dos corpos sociais, até um máximo de dois mandatos consecutivos.
- b) Os órgãos sociais poderão ser destituídos pela Assembleia da qual emanam, expressamente convocada para o efeito.

SECÇÃO II

Da Assembleia – Geral

Art.º 12.º

- a) A Assembleia – Geral é o órgão máximo de decisão da associação e é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos associativos e as suas deliberações são soberanas, tendo por limites as disposições legais imperativas e o estipulado nos estatutos.
- b) A Mesa da Assembleia – Geral é composta por três membros, eleitos por lista, sendo:
 - 1 Presidente
 - 1 Vice – Presidente
 - 1 Secretário
- c) Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia – Geral convocar a Assembleia, dirigir os trabalhos, redigir e assinar as actas, dar posse aos membros dos corpos sociais nos oito dias subsequentes à sua eleição e exercer as demais funções, que pelos Estatutos, pelo regulamento e pela Lei lhe sejam permitidas, sendo coadjuvado nestes trabalhos pelos outros membros da Mesa da Assembleia – Geral.
- d) A Assembleia – Geral compõe-se de todos os associados, sendo as deliberações tomadas por maioria simples dos associados com direito a voto, salvo os casos exceptuados na lei e nos estatutos.
- e) Apenas os sócios efectivos ou fundadores dispõem de direito a voto e são elegíveis para cargos da Associação.
- f) Cada sócio efectivo tem direito a um voto e cada sócio fundador tem direito a cinco votos.
- g) Em caso de demissão da Direcção ou da maioria dos seus elementos, a Assembleia-geral terá de se reunir para novas eleições no prazo de três meses a

partir da data de demissão, e ser convocada com um mínimo de um mês de antecedência.

h) Os associados poderão fazer-se representar nas Assembleias-gerais através de procuração. Poderão igualmente ser aceites votos por correspondência, nas situações e nos termos a definir em Regulamento Interno, salvaguardando sempre o carácter secreto do escrutínio quando previsto nestes estatutos e pela lei em vigor.

Art.º 13.º

É da competência da Assembleia-geral:

a) Eleger e destituir os membros da respectiva mesa e dos restantes órgãos sociais, incluindo designar os membros do Conselho Técnico – Científico.

b) Apreciar e votar anualmente o balanço, relatório e contas da Direcção, bem como o parecer do Conselho Fiscal.

c) Apreciar e votar o orçamento e o plano de actividades para o exercício seguinte, proposto pela Direcção.

d) Deliberar sobre a alteração dos Estatutos, Regulamento Interno e sobre a extinção, cisão ou fusão da associação.

e) As deliberações sobre a alteração dos estatutos exigem o voto favorável de três quartos do número de associados presentes devendo as propostas de alteração de estatutos circular por escrito no mínimo de quatro semanas antes da reunião de Assembleia na qual será discutida.

f) Deliberar sobre todos os assuntos que lhe sejam presentes pela Direcção ou pelo Conselho fiscal.

g) Aprovar o quantitativo e alteração de quotas e jóias, mediante proposta da Direcção.

h) Assegurar a superior orientação das actividades da associação.

i) Ratificar a expulsão de membros, sob proposta da Direcção.

j) Convocar a Assembleia e dirigir os seus trabalhos

l) Marcar a data das eleições para os corpos sociais, organizar o respectivo processo e nomear uma comissão de fiscalização para as mesmas.

m) Apreciar e votar os planos anuais e plurianuais de actividade e de investimento a realizar pela associação.

- n) Aprovar os regulamentos e as remunerações dos órgãos sociais.
- o) Deliberar sobre outros assuntos de interesse para a associação que por Lei ou no âmbito dos Estatutos não sejam da competência de outros órgãos sociais.
- p) Autorizar a direcção a adquirir, alienar ou onerar património imobiliário, bem como a aceitação de heranças, legados, ou doações e outras dádivas relevantes.
- q) Aprovar a mudança de local da sede, e a criação de delegações ou outras formas de representações da ALDEIA.
- r) Deliberar sobre a dissolução da associação, nomear a comissão liquidatária e determinar o destino do património social e os procedimentos a adoptar conforme o artigo 28º destes estatutos.
- s) Exercer as demais funções que lhe caibam por Lei, Estatutos e Regulamento Interno.

Art.º 14.º

Funcionamento da Assembleia-Geral

- a) A Assembleia – Geral reunirá em sessão ordinária uma vez por ano, e para deliberação das matérias inscritas nas alíneas do artigo anterior, em data fixada pelo Regulamento Interno.
- b) Reunirá ordinariamente de três em três anos para eleição de novos corpos sociais.
- c) Reunirá extraordinariamente por iniciativa do presidente da mesa, ou por solicitação da Direcção, Conselho Fiscal, ou ainda por pelo menos um quarto dos associados com direito a voto, através de um requerimento devidamente fundamentado.
- d) Será convocada pelo presidente da mesa com pelo menos trinta dias de antecedência, por meio de aviso dirigido a cada associado, sem prejuízo de outra forma de publicidade. A convocatória indicará o local, o dia e a hora da reunião e a ordem de trabalhos.
- e) Funcionará com a presença de pelo menos metade dos membros efectivos com direito a voto ou, uma hora depois, com qualquer número de sócios.
- f) Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da mesa da Assembleia-geral, competirá a esta eleger os respectivos substitutos de entre os associados presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.

g) Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos actos eleitorais sem prejuízo de recurso nos termos legais.

h) As deliberações sobre alterações dos estatutos exigem o voto favorável de três quartos do número dos associados presentes.

SECÇÃO III **Da Direcção**

Art.º 15.º

a) A Direcção é composta por:

1- Cinco membros, sendo um Presidente, um Vice-Presidente, um Tesoureiro e dois Vogais;

2 - A Direcção fixará os pormenores do seu funcionamento, devendo reunir, no mínimo, quatro vezes por ano.

Art.º 16.º

Compete à Direcção:

a) Dirigir, coordenar e orientar o trabalho geral da Associação de acordo com os princípios definidos na lei e nos estatutos.

b) Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias, regulamentares e as deliberações da Assembleia – Geral.

c) Dirigir e coordenar o funcionamento das restantes estruturas da organização.

d) Propor elementos para um Conselho Técnico – Científico, cujo funcionamento será objecto de um regulamento.

e) Orientar as relações com outras entidades.

f) Apresentar as propostas de relatório de contas e actividades, de programa e orçamento.

g) Criar projectos, nomear responsáveis e definir competências.

h) Celebrar contratos, adquirir bens móveis ou imóveis, gerir património e serviços, e praticar os actos necessários à prossecução dos fins, objectivos e actividades da Associação.

i) Administrar os bens da associação e dirigir a sua actividade, podendo, para o efeito contratar pessoal, fixando as respectivas condições de trabalho;

j) Contrair empréstimos, fazer hipotecas ou qualquer outro acto junto das entidades bancárias.

l) Nomear representantes e procuradores da Associação.

m) Aprovar e propor a admissão de novos membros.

n) Elaborar e submeter anualmente à aprovação da Assembleia – Geral o Relatório e Contas respeitantes às actividades do ano anterior e apresentar à Assembleia – Geral o Orçamento e Plano de Actividades para o exercício seguinte.

o) Requerer a convocação de uma Assembleia – Geral extraordinária, sempre que entenda justificada a sua realização.

p) A Comissão executiva é responsável perante a Assembleia por todas as suas acções e não deverá tomar decisões contrárias à política definida pela Assembleia.

q) Propor à Assembleia – Geral a criação de delegações ou de outras formas de representação da ALDEIA e nomear os respectivos delegados locais.

r) Criar e extinguir comissões técnicas, grupos de trabalho e núcleos relacionados com os fins da ALDEIA.

s) Gerir os arquivos e editar as publicações da Associação, nomeadamente, o boletim interno.

t) Gerir e promover a prestação de serviços pela Associação.

u) Representar a associação em juízo.

v) Apresentar à Assembleia-geral propostas de organização destinadas a acompanhar o crescimento da Associação e a garantir uma resposta adequada aos Planos de Actividades aprovados, pelo enquadramento e relação com outras organizações, constituição e criação de delegações e grupos de contacto regionais, etc.

x) Todas as competências são delegáveis num ou em mais membros da Direcção Nacional.

z) De qualquer eventual responsabilidade são isentos os membros da direcção que não tiverem tomado parte na respectiva resolução se contra ela se manifestarem por escrito logo que da mesma tomem conhecimento e os que tiverem votado expressamente contra a respectiva deliberação.

Art.º 17.º

Compete ao Presidente da Direcção:

- a) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias e dirigir os respectivos trabalhos;
- b) Representar a Direcção perante a Assembleia-geral.
- c) Representar a Associação em Juízo e fora dele.

SECÇÃO IV Do Conselho Fiscal

Art.º 18.º

- a) O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro, eleitos por lista em Assembleia – Geral, por escrutínio secreto, e com um mandato de três anos.
- b) O Conselho Fiscal é o órgão a quem compete acompanhar e fiscalizar a gestão administrativa, económica, financeira da associação, dar parecer sobre o relatório e contas antes de serem presentes à Assembleia-geral, bem como do orçamento, acompanhar o trabalho da Direcção e exercer todas as demais funções consignadas na Lei e nos Estatutos.
- c) Os membros do Conselho Fiscal poderão assistir às reuniões da Direcção, sempre que convocados pela Direcção, sem direito a voto.
- d) O Conselho Fiscal reunirá sempre que julgar conveniente, por convocação do presente e obrigatoriamente, pelos menos uma vez em cada semestre.
- e) O Conselho Fiscal pode requerer ao presidente da mesa da Assembleia-geral a convocação de reuniões extraordinárias, sempre que entenda conveniente;
- f) O ano fiscal da Associação deve coincidir com o calendário anual. Conjuntamente, o secretariado e tesoureiro, deverão produzir um relatório final, até 30 de Abril de cada ano para apresentação na Assembleia-geral seguinte.

SECÇÃO V Art.º. 19º

Do Conselho Técnico-Científico

- a) O Conselho Técnico-Científico será constituído por um número de membros a definir em Assembleia-geral, e que podem ou não ser membros da ALDEIA.
- b) Os membros do Conselho Técnico-Científico serão escolhidos pela ALDEIA,

de acordo com os méritos e créditos considerados como contributos para a prossecução dos objectivos da Associação.

c) Os membros do Conselho Técnico-Científico poderão eleger um Presidente para coordenar a sua actividade, de acordo com normas a definir pela Direcção.

d) O Conselho Técnico – Científico prestará à Direcção o apoio que esta lhe solicitar, sendo tal solicitação desejável nos seguintes assuntos:

- Plano anual e relatório de actividades
- Planeamento e orientação estratégica do desenvolvimento da ALDEIA
- Apresentação/apreciação de projectos de investigação e de formação
- Revisão de artigos científicos e publicações periódicas
- Supervisão da orientação de colaboradores da ALDEIA

e) O Conselho Científico reunirá sempre que julgar necessário e quando for convocado pela Direcção ou pelo Presidente do Conselho Científico.

Artº. 20º

Cargos sociais

a) A remuneração ou não dos titulares dos órgãos da Associação, bem como a fixação do respectivo quantitativo, será deliberada pela Direcção.

SECÇÃO VI Do Funcionamento

Artº. 21º

Funcionamento da Associação

a) A Associação, com vista a garantir o seu normal funcionamento, poderá admitir, contratar pessoal ou celebrar convénios com os seus associados, de modo a que lhe sejam facultados os meios materiais de que necessite.

b) A Associação e os associados, fundadores ou efectivos, poderão definir, em contrato, formas específicas de colaboração.

Artº. 22º

Regime de Trabalho

a) O pessoal contratado fica sujeito ao regime do contrato individual de trabalho e sujeito a um regulamento interno que deverá ter em conta todas as disposições legais existentes bem como as convenções colectivas aplicáveis.

SECÇÃO VII

Do património e fundos

Artigo 23º

Património

a) O património social é constituído por todos os bens móveis e imóveis adquiridos a título oneroso ou gratuito pela ALDEIA e pelos direitos que sobre os mesmos recaem.

Artigo 24º

Receitas

a) Constituem-se receitas da ALDEIA:

- 1- O produto das jóias e quotização dos membros associados.
- 2- Produtos de actividades da Associação.
- 3- O apoio financeiro obtido no âmbito de programas nacionais e/ou o resultante de acordos ou contratos realizados com organismos locais, regionais, nacionais ou estrangeiros.
- 4- O produto da venda de publicações, material de divulgação ou da prestação de serviços.
- 5- As subvenções, doações ou legados que receber a qualquer título.
- 6- Produto da venda ou aluguer do património da Associação.
- 7- Os rendimentos de depósitos efectuados, fundo de reserva ou de quaisquer bens próprios.
- 8- Quaisquer outras que sejam legais e se enquadrem no objecto da associação.

b) As receitas são aplicáveis na cobertura das despesas de funcionamento da ALDEIA e no incremento das suas actividades.

Artigo 25º

Gestão Financeira

a) A gestão financeira da associação reger-se-á pelo princípio do equilíbrio orçamental entre as receitas próprias e as despesas gerais de funcionamento, incluindo pessoal, rendas e outras despesas correntes do exercício da sua actividade.

b) Os investimentos adicionais a realizar, para além dos previstos no respectivo acordo constitutivo, deverão, em princípio, ser cobertos pelos fundos próprios libertos da sua actividade, podendo a Associação recorrer a subsídios adicionais que lhe sejam concedidos, de acordo com o interesse do projecto a desenvolver.

Artigo 26º
Despesas

As despesas da Associação são as que resultarem do exercício das suas actividades, em cumprimento dos Estatutos e dos Regulamentos internos e as que lhe sejam impostas por Lei.

Artigo 27º
Fundo de reserva

- a) A Associação pode constituir um fundo de reserva, a fixar anualmente pela Assembleia – Geral.
- b) O dispêndio de verbas do fundo de reserva está sujeito à autorização da Assembleia – Geral.

SECÇÃO VIII

Artigo 28º
Alteração dos Estatutos

Os presentes Estatutos só poderão ser alterados em Assembleia-geral, convocada expressamente para esse fim com antecedência mínima de dois meses, com voto favorável da maioria de dois terços dos votos dos associados com direito a voto presentes.

SECÇÃO IX

Art.º 29º
Da dissolução da Associação

- a) A Assembleia-geral para apreciar e votar a dissolução da ALDEIA terá que ser expressamente convocada para o efeito, com um mínimo de três meses de antecedência.
- b) A Associação só se pode dissolver por deliberação da Assembleia-geral que envolva o voto favorável de três quartos do número total de sócios.
- c) Em caso de dissolução, será designada imediatamente uma Comissão Liquidatária que actuará de acordo com o estabelecido na Lei e com o que for definido na Assembleia de Dissolução.
- d) Se um ou mais associados se propuser continuar o exercício das actividades da associação, deverão ser-lhe, preferencialmente, adjudicados os bens móveis e imóveis, sem prejuízo dos direitos dos demais associados.

SECÇÃO X

Art.º 30º

Disposições finais e transitórias

- a) As dúvidas de interpretação e aplicação dos Estatutos, bem como os casos omissos, serão resolvidos de acordo com os regulamentos internos e com a legislação geral em vigor.
- b) O regulamento interno da ALDEIA, deve ser elaborado e aprovado no prazo de um ano após a eleição dos corpos sociais.
- c) O Regulamento Interno disciplinará e organizará a actividade da ALDEIA, reforçando os estatutos e interpretando a sua aplicação nas áreas omissas.